



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2006

Acta n.º 6

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Abril do ano de dois mil e seis, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:45 horas, no Auditório Municipal dos Paços do Concelho, por convocatória de onze de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação da acta da sessão de 21/12/2005; -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da Isenção do pagamento dos comerciantes nas Avenidas, da Liberdade e 25 de Abril, Largo Eng. Duarte Pacheco, Rua Latino Coelho e esplanada Dr. Frutuoso da Silva, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Inventário do Património respeitante ao ano de 2005, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal dos documentos de Prestação de Contas do Município de 2005, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2006/2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão do Orçamento para o ano 2006, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO OITÁVO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do projecto de Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento Municipal de Saneamento de Águas Residuais do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO DÉCIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento de Resíduos Sólidos e Higiene Urbana do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da revogação da escritura do direito de superfície existente e constituição do direito de superfície dos lotes 1 a 68 a favor da Associação de Moradores 17 de Junho, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para a "Venda de um terreno destinado à construção de Habitação a Custos Controlados (CDH) em Ferreiras, por empresas privadas (ao abrigo do D. L. N.º165/93, de 7 de Junho)", nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da empresa Agrilanca Casa Agricola S.A, da declaração de interesse turístico do empreendimento "Quinta Blanca Palace, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro". -----

A sessão inicialmente agendada para a Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, foi transferida para o Auditório Municipal, devido ao elevado número de cidadãos a assistir à referida sessão. -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Vítor José Correia Maria Vieira, Cristiano José da Ponte Cabrita, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita, de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro e o Secretário da Junta de Freguesia de Olhos d'Água, Joaquim Manuel dos Ramos Sampaio. -----

FALTAS: Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço e Francisco José Pereira Oliveira. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Ana Cristina Patrício, Francelina Lourenço e Francisco Oliveira, foi verificada a

legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, os membros, Ana Cristina dos Santos Vieira, Euridice Eugénia Mendes Vieira e Nelson António de Melo. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), a sessão inicia. -----

Presidente da Assembleia - Temos quórum, vamos dar início a esta Assembleia. Como se trata de uma sessão ordinária, haverá um período prévio, de uma hora, que será dedicado a intervenções do público. Eu, antes de conceder a palavra ao público, iria dar uma informação, e hoje como viemos para esta sala maior, porque estava à espera, segundo informações que tive, iria haver uma maior afluência, por causa de uma preocupação que há, que é de nós todos e tem a ver com a questão da execução do Programa Polis. Portanto, eu fui recolher informações e tirei umas notas que vou passar a ler. Esta preocupação, é uma preocupação que é da população de Albufeira. Este, naturalmente, é o fórum próprio onde a população de Albufeira pode expressar-se e deve expressar aquilo que sente e as suas preocupações e, portanto, aqui também deve ser dada toda a informação possível em relação ao que se está a passar. Eu hoje fui convidado para estar presente numa reunião, onde estiveram presentes o Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Polis, que é uma pessoa do Estado, o Vogal do Conselho de Administração, que é o Sr. Presidente da Câmara, o responsável pelo executivo, o Eng. João Sercas, esteve também o Sr. Vereador Quintino, um Técnico da Câmara, o Sr. Eng. Zélio e do lado do empreiteiro estiveram três engenheiros responsáveis da Sociedade Empreiteira (estou a referir-me à parte de baixo de Albufeira) que é a SOPROCIL. Desta reunião resultou, claro, que: Albufeira não é um local qualquer, é antes um centro fulcral de actividade económica e por outro lado, é cartaz turístico, não apenas local, tão pouco apenas regional, mas sim nacional e internacional; que a delicadeza requerida para tratar de obras nesta zona tem de ser sem contemplações, rigorosamente cumpridas, quer no rigor técnico de execução e muito em especial no cumprimento zeloso dos prazos. Assim, o resultado da reunião e daquilo que eu tomei notas, foi o seguinte: em relação à Avenida da Liberdade, a conclusão final está prevista para fins de Maio, excepto as casas de banho e a fonte (os equipamentos); em relação ao Largo Eng. Duarte Pacheco, a data estipulada para a conclusão, que hoje foi dita pelos responsáveis da SOPROCIL, será de dez de Junho, menos a fonte e com dúvidas na questão da cobertura das esplanadas; em relação à Avenida 25 de Abril, dividiram em duas fases, a primeira até à "Multiópticas", ficará pavimentada sem o acabamento final e a segunda fase que é da "Multiópticas" até ao parque de estacionamento, que já é impossível de concluir porque tem muitos problemas enterrados (a questão da caneira e por aí a fora) e portanto essa obra vai ser suspensa e objecto de uma intervenção provisória com uma pavimentação que permita a circulação até ao Largo dos Pescadores. Esta obra vai ser retomada em Outubro. Posso informar também, isto tudo segundo aquilo que me foi dito, que em relação à Frente Poente, excepto a questão do elevador, a conclusão será até final de Maio. No Centro Antigo, estarão prontas, excepto questões de natureza arqueológica, até meio de Junho. A Frente Nascente, ainda não teve o seu início, como

sabem, e depende de outras identidades, nomeadamente questões com o Inatel. O parque de estacionamento na Avenida 25 de Abril, estará concluído em Junho. São tudo informações que me foram dadas hoje em reunião e que eu penso que são exequíveis. Mas eu naturalmente não tenho qualquer poder sobre estas matérias, e como observador e olhando para o que se tem vindo a passar, entendo que há em algumas áreas descoordenações, que há falta de esforço em obra visível, até para mim que não percebo nada de obras, mas foi-me garantido que amanhã já haveria mais gente em obra e que o reforço substancial em obra se verificaria na terça-feira. Na terça-feira vou lá para ver se é verdade aquilo que me disseram. Devo dizer e todos souberam, que houve uma suspensão da obra e que os trabalhos retomaram, em grande medida, por iniciativa e pressão do Sr. Presidente da Câmara, porque ele de facto teve um papel muito importante em relação a alguns problemas que haveriam entre empreiteiro e algumas questões que se prendiam com questões de natureza formal e que houve uma intervenção empenhadíssima do Sr. Presidente da Câmara e as obras foram retomadas cerca de vinte e quatro horas depois da sua suspensão. Portanto, esta é a informação que eu tinha para vos dar. Devo dizer também que recebi nos serviços desta Assembleia Municipal, um abaixo-assinado sobre o Largo dos Pescadores e a frente-mar daquela zona. É um abaixo-assinado com cerca de seiscentas assinaturas, tem a ver com o Plano de Pormenor cuja competência final é desta Assembleia Municipal e, portanto, o que eu fiz foi remeter por ofício ao Gabinete responsável pela proposta deste Plano de Pormenor esse abaixo-assinado e ao mesmo tempo solicitei que houvesse uma reunião com os membros desta Assembleia Municipal a fim de podermos aqui tratar do Plano para se evitar a situação do Plano poder vir à Assembleia Municipal e ser reprovado. Estamos em tempo de os membros desta Assembleia verificarem e terem em atenção esse abaixo-assinado, se a proposta que nos vai ser apresentada será do sentir desta Assembleia. Estas são as informações que tinha a dar e, neste momento concedo ao público a palavra, para que se possa expressar. Agradeço que se inscrevam e dêem o nome. As regras são simples, dez minutos de intervenção por pessoa e não podemos exceder uma hora. É fácil. ----- Para que seja retratado bem tudo o que aqui se passa, agradeço que as pessoas que vão intervir, o favor de se deslocarem aqui ao microfone, a fim de fazerem a suas intervenções. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

O Presidente da Assembleia Municipal passa a palavra ao primeiro munícipe, para intervir. -----

Carlos Fernandes - Obrigado Sr. Presidente. Obrigado também pela informação a cerca das obras do Polis. Eu gostaria de colocar três ou quatro questões que se prendem também com as obras do Polis. Devo dizer que o Sr. Presidente irá receber mais um abaixo-assinado, no sentido daquilo que já recebeu, provavelmente com algumas alterações. Terminou há pouco o período de audição pública eu, habitualmente, costumo ler as coisas de forma aligeirada e raramente me debruço sobre os pormenores, mas desta vez achei que devia debruçar-me sobre tudo o que se refere à implantação do equipamento de apoio de praia. E penso que as ideias que normalmente

estão subjacentes às intervenções Polis, se prendem essencialmente com a criação de espaços abertos, amplos, zonas verdes, zonas de beleza arquitectónica (digamos assim) e, ao olhar para aquele equipamento, conclui que vai colidir precisamente com essas ideais, porque é sem dúvida um equipamento necessário, deve conter aquilo que no meu entender, é essencial, será a substituição do actual apoio de praia snack-bar/restaurante e mais equipamentos imprescindíveis, como sejam posto de socorros, assistência balnear, balneários, entre outras coisas. Não me parece correcto e deixo a questão no ar, que nesse equipamento venham a ser criados espaços comerciais, sem primeiro ser feito um estudo de necessidade, no meu entender, até porque esses espaços vão certamente concorrer com o comercio actual existente na baixa de Albufeira, que toda a gente reconhece que nos últimos anos tem passado por maus momentos. Eu acho que é importante o papel da Câmara Municipal, que se pronuncie sobre essa questão. A confirmar-se a necessidade desses espaços comerciais, o que eu não concordo, porque num perímetro muito curto existem muitos equipamentos que vendem de tudo, junto à praia até. Mas, a confirmar-se a necessidade desses equipamentos, eu gostaria de saber a quem irá ser atribuído, quais os critérios de atribuição, se haverá concursos, porque penso que não é legitimo qualquer pessoa possa ter um estabelecimento, a menos que seja para substituir um já existente naquele local, porque senão, qualquer um de nós pedia para abrir ali um restaurante, muito legitimamente. Quando falo em restaurante, não é porque esteja contra aquele que lá está, antes pelo contrário, acho que ele deve ser substituído por outro com condições dignas que aquele não tem. Mas refiro-me essencialmente aos outros espaços. Por outro lado, a questão da implementação do equipamento de praia, no meu entender, colide precisamente com aquilo que eu dizia à pouco, que é beleza arquitectónica. O equipamento de praia vai ficar localizado precisamente numa frente-mar, vai tapar a frente-mar que actualmente existe para que se possa admirar a praia, quando esse equipamento poderia ficar implementado no espaço actualmente ocupado pela lota e que vai ser demolida, precisamente da mesma forma, direccionado para nascente (é uma opinião própria). Ainda nas questões do Polis e agora na qualidade de primeiro responsável da Agencia da Caixa Geral de Depósitos na Avenida 25 de Abril: apesar dos esclarecimentos do Sr. Presidente, gostaria de referir um aspecto, para deixar à consideração de todos os presentes. Normalmente quando se faz obras, a intenção é sempre minimizar os efeitos negativos que elas possam causar e eu acredito que a Câmara está preocupada com isso. Mas, eu desta vez penso, e na sequencia dos esclarecimentos do Sr. Presidente, isso não foi tido em conta na parte a seguir à "Multiopticas" para o lado do Largo 25 de Abril e acho que o empreiteiro deve ser responsabilizado, porque o pavimento foi retirado há quatro meses e até hoje nada mais foi feito para além da colocação de uma conduta do lado direito da Avenida. Ao centro da rua não foi feito rigorosamente nada e a prova disso é que agora vai ser colocado um pavimento. Portanto, eu pergunto: de quem é a responsabilidade de retirar um pavimento com aquela qualidade, há quatro meses e que por sinal até prejudicou a construção do parque de estacionamento? Os trabalhadores têm tido imensa

dificuldade em lá chegar. Deixava estas questões à consideração e gostaria que o Sr. Presidente tomasse posição sobre o que eu acabei de referir. Obrigado. -----

Paulo Almeida - Boa noite. Estão aqui pessoas que me conhecem, outras não, eu sou Presidente da Associação Nucleogarve. Queremos construir aqui em Albufeira a "Aldeia da Solidariedade". Em primeiro lugar, queria agradecer à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, todo o apoio que nos tem dado. Tenho pouco para dizer, não venho fazer qualquer reivindicação, venho apenas distribuir um documento relacionado com este projecto. Venho pedir aos membros desta Assembleia Municipal, a solidariedade pessoal de cada um, pois a da Câmara Municipal nós já a temos. Nos próximos dias, dois e três de Setembro, vamos fazer a nossa concentração de camiões, onde pretendemos transportar mil toneladas de material de construção e, é para isso que eu peço a solidariedade pessoal de cada um. Vou distribuir os documentos que tenho em mão. Obrigado a todos. -----

Júlia - Boa noite ao Sr. Presidente, aos membros da Mesa e a todas as pessoas aqui presentes. Venho pedir a sensibilidade em relação ao Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores. Antes de mais gostaria de frisar os pontos que aqui vou colocar, são meras questões que me foram facultadas de forma explícita ao ponto de ficar totalmente esclarecida. Ponto Um - que tipo de alterações vai haver na Praça dos Pescadores?; Ponto Dois - se é verdade que vai haver um apoio de praia, bem na frente-mar, qual é a razão da sua existência e em que consiste? Ponto Três - o que se considera um apoio de praia? Pois na minha perspectiva, um apoio de praia destina-se ao banhista em geral e como tal tem que ser construído numa zona onde não exista comércio ou restauração, caso contrário, não faz qualquer sentido, porque todos nós damos apoio de praia. Depois de ponderar seriamente no que se tem manifestado acerca da aberração que se quer construir, cheguei a uma conclusão, de que em nada se pensa na imagem que ao longo dos anos tem sido cartaz turístico de Albufeira, porque se assim fosse não se construíria na frente-mar. Ponto Cinco - diz-se que o Edifício Albufeira deveria ir a baixo, pois não se enquadra na zona urbanística. E o apoio de praia, com que dimensões se enquadra? Ponto Seis - se o Polis diz que a zona das barracas tem que ficar livre, o Sr. Presidente tem uma palavra de contestação, pois eu e a maioria dos Albufeirenses concordamos que nesta zona poderia ficar todo o apoio de praia necessário. Aí, ou noutro local que nada afectasse a frente-mar. Ponto Sete - todas as obras devem ser pensadas e executadas, tendo como objectivo o bem-estar de toda a população. Não se pode deixar que os Albufeirenses, turistas e demais, deixem de usufruir de uma vista magnífica que temos na nossa frente-mar, feita pela própria natureza e deixada pelos nossos antepassados. Termina em meu nome e em nome de todos os Albufeirenses. Agradeço que não se destrua a cidade, mas sim que se a preserve. -----

Joaquim Cruz - Boa noite. O Senhor há pouco falou em arqueologia na cidade velha. A cidade velha tem arqueologia na parte da Câmara antiga. Na Rua do Saco não há arqueologia. Na Rua Nova não há arqueologia. No Largo Afonso III não há arqueologia. Na Travessa da Igreja Velha não há arqueologia, e porquê que não está terminada? Há um ano que está em obras. Há fios por todo o lado. Há pouco tempo atrás tivemos uma semana sem telefones. Os Senhores do Polis cortaram a água sexta-feira e foram

embora, deixaram-nos sem água sábado e domingo. Já vai com um ano de atraso, aquela obra, e nada está feito. Existem deficientes na Rua Nova, que o Polis decretou-lhes prisão preventiva, não podem subir nem descer escadas porque os degraus estão muito altos. Não está consoante a Lei. A Lei diz que é de dez centímetros, não de quinze nem dezassete, como os que lá estão e não estão todos iguais. Por favor vejam esta questão, porque temos de andar com os deficientes às costas, para baixo e para cima. Esta é que é a realidade e não está nada feito. Não pode ser assim, já é tempo a mais. Falem com a EDP, a TV Cabo e resolvam a situação. Tudo isto pode ser feito, não tem a ver com o resto, porque aí não há arqueologia nenhuma. Tenho dito. Boa noite e obrigado. -----

Vitor Santos - Boa noite. Eu não venho aqui falar do plano económico para Albufeira, porque não interessa para ninguém, se interessasse isto não tinha este caminho. Está tudo bem, está tudo a correr sobre rodas. A sua introdução aqui esta noite é brilhante, mas não sei se alguém vai acreditar. A obra começou no ano passado e era para acabar em Abril de 2005, já foi retirada de lá a data porque realmente qualquer estrangeiro tirava fotografias e poderiam pedir uma indemnização, não sei? O facto é que não colocaram lá data nenhuma. Já estive quase para lá por um ponto de interrogação. Eu aconselho o Sr. Presidente, os membros e os vereadores, a visitarem Albufeira, desde o Porto de Abrigo até lá baixo. Eu já o fiz, sou hipertensivo, mas não morri. No Rossio - cimentaram o Largo, deve ser homenagem a alguém que morreu no Brasil. A Bica - alguém a tinha lá em casa e colocaram-na ali. Disseram que aquilo é uma bica. O que se passa com os candeeiros da Praça, aquilo é requalificação? Aquilo é a Espada do Senhor do Anéis? Estamos a brincar, ou quê? Tentaram retirar os candeeiros que já tinham muitos anos e colocaram umas "chinesices" na Rua Nova e não acabaram. A única coisa visível do Polis em Albufeira, com o apoio ou a incompetência de muita gente, são os paiais grandes, daquela pedra que não vale um tiro, toda manchada, que é igual para todos, se calhar são contra mas estão a favor em ideias de alguns países que a gente não gosta. No ano passado, foi detectado um problema técnico na Rua Cândido dos Reis, passou todo o Inverno e não fizeram nada, agora é que abriram a rua e estão novamente a tapar. A única obra que vai decorrer com dois dias de atraso. Em Dezembro, Janeiro e Fevereiro, como estavam muitos comerciantes com lojas encerradas, não iriam ser incomodados! Estiveram à espera que as abrissem. O problema de Albufeira é que ninguém já liga a nada. Conseguiram destruir Albufeira. Destroem, porque ninguém faz negócio. Destroem, porque as pessoas não gostam daquilo que vêem. Destroem, porque a pedra que lá colocaram não presta. Destroem, porque escolhem os candeeiros mais aberrantes, parece que vamos à "Casa" escolher coisas para fazer brincadeiras de Carnaval. Só quem não está lá todos os dias é que vai acreditar no que o Senhor acabou de frisar. É pura ilusão. Vou dar-lhe um exemplo do que é Albufeira hoje em dia: na altura da Páscoa, quando vem cá mais gente, alguém estendeu uma rede na zona que estava em obras para que só passa-se um carro de vez em quando, agora que já não está ninguém lá em baixo, alargaram novamente o espaço. Somos todos prejudicados por alguém que não conhecemos. Tudo bem, os erros já foram todos feitos. Em relação ao Bairro dos Pescadores: é simples, se alguém tiver

dúvidas vai buscar postais. Não há nenhuma construção no local onde querem colocar aquele rectângulo. Obviamente que dizem que é uma zona muito boa, eu e muitas outras pessoas queríamos ter um negócio lá. É a Câmara que promove aquele negócio? É o Polis? É a estupidez das pessoas? É a aberração de um arquitecto? Quem é que põe aquele caixote ali? Na Rua Nova ainda não se sabe qual é o candeeiro que fica, se é a chinesice ou o antigo, acendem os dois. Somos todos prejudicados. Estamos todos tramados. Começou no ano passado, continua este ano e já se preparam para o próximo ano. Fui falar com a Senhora do Polis, que me disse que em Outubro não, mas talvez em Janeiro, comece a intervenção na Praça dos Pescadores. É tudo talvez, mas as coisas acontecem, não acontecem é bem. É sempre mal. Alguém tem de assumir as responsabilidades. Alguém tem de ir lá e, se o Senhor foi hoje lá porque o empreiteiro parou a obra (eu sei que ele é mais importante que eu, obviamente), mas deveriam ir lá mais vezes para ver como está. É a pior das vergonhas. Não passa pela cabeça de alguém, que aquilo seja uma requalificação. Aquilo é tramar Albufeira e mais nada. É uma trama completa. Vou dar-lhe um exemplo: ontem veio uma senhora do hospital, estava uma máquina estacionada em frente ao BNU, os bombeiros chegaram, não conseguiram entrar, deram a volta, estacionaram junto á GNR e levaram a Senhora ao colo para a Rua do Cemitério Velho. Aqui nesta Assembleia há um Sr. Vereador que é Comandante dos Bombeiros, isto já é normal e os bombeiros sabem disso. Porquê que há um ano e meio que isto funciona assim? Porquê é que somos impedidos de ir visitar um familiar ou um amigo, desta maneira brutal? Uma coisa é certa, quando se provou que eram incompetentes para fazer a obra do centro antigo, porque são incompetentes, era mais que lógico que a incompetência que vem do Rossio até cá a baixo, se via a olhos vistos. É isto que está a acontecer em Albufeira. Nós estamos lixados, as pessoas continuam na maior, os Senhores fazem um discurso porreirinho e eu quando sair daqui também sou porreirinho. Como disse: os operadores turísticos não se medem com estas palavras, estão-se nas tintas para isto e, quem paga para ir de férias, como eu ou Senhor, está-se nas tintas para estas palavras, quer o bom e o melhor, sempre, e em qualquer lugar. Eu lembro-me que, quando abri a loja, era em Março, agora quinze anos depois, partem tudo, fecham tudo e não há problema nenhum. Comparo Albufeira com a situação dos arrumadores de automóveis, é exactamente igual, vem um, vêm dois, vêm quinze, ninguém diz nada e continuam. E assim continuamos nós. Quem vem a Albufeira, onde estão os parques de estacionamento? (Estamos a falar da zona antiga). Onde é que estão? Não existem. Não interessa para ninguém. No meu ponto de vista é pura e simplesmente incompetência, com todas as letras, se calhar ao quadrado. Obrigado. -----

Teófilo Neto - Boa noite Sr. Presidente, Exa. Assembleia, Senhores e Senhoras. Na sequência das palavras do Sr. Carlos da Caixa Geral de Depósitos, sobre a situação da Avenida 25 de Abril, é lastimável, foi um acidente, foi um desastre, porque passaram cento e vinte dias. Eu ainda pensei que o empreiteiro tivesse um pouco de competência. Pensei assim: faz três metros por dia. Mentira, não fez nada. Um desastre completo. Agora estamos a sofrer os efeitos desta situação toda. Já tenho várias queixas de operadores do Hotel Baltum. Tenho em risco o contrato, porque os contratos para o

ano que vem são feitos agora, no início. Independentemente de ter encerrado no dia quinze de Dezembro até agora. Pergunto: irá acontecer o mesmo para o ano, vou estar quatro meses fechado, pagando a quinze, vinte pessoas? E a tal história da Segurança Social, que toda a gente se juntou para ir ao Governo, para não se pagar? Tudo mentira! É uma situação lastimável. Até as pessoas ligadas ao PS, que me garantiram que falavam com fulano tal e, que se consegue. Mentira, ninguém conseguiu nada. Isto é um facto. E vamos correr o risco de, para o ano estar mais quatro meses fechados. Não sei qual é o empresário que vai aguentar uma situação destas. Portanto, agradeço que analisem bem a situação. Obrigado. -----

Luis Reis - Muito boa noite a todos. Eu venho falar em dois, três pontos, que acho extremamente importantes e que não está fora de contexto desta situação do Polis, mas tem para mim uma certa profundidade. Eu penso que todo este atraso, toda esta falta de dinâmica, esta estratégia de obra que não foi preenchida, tem determinados vectores que me levam a deduzir que tem de procurar nos intervenientes deste processo e desta intervenção toda, os responsáveis por tudo isto que está a acontecer. Eu não me sinto responsável, antes sou mais uma das pessoas que é fustigada pela falta de organização de programação, de estipular protecções, obrigações, de modo não só a que hajam cauções bancárias e indemnizações a serem pagas de futuro à Câmara, por cada dia em que a obra não ande. Mas eu procuro conseguir os principais intervenientes que falharam nesta missão. Procuro os intervenientes que assinaram contratos, poderá ser a Polis ou não. Procuro intervenientes que aceitaram este empreiteiro ou aquele, e porquê. Procuro os intervenientes que ficaram de proteger os albufeirenses de tudo aquilo que por experiência já conhecemos em Portugal, das várias intervenções do Polis em várias cidades e das queixas que todos vimos nas televisões, dos comerciantes e de toda a gente que estavam com problemas financeiros porque não sabiam como haviam de apressar aquele tipo de obra. Procuro quem, juridicamente preparou esse contrato. Procuro ir ao encontro dos responsáveis que têm as assinaturas em documentos que geriram toda esta situação e que deram início a toda esta intervenção, porque esses descuraram, de qualquer modo, ou foram por textos antigos, ou minutas antigas, dos interesses dos albufeirenses em vários pontos. Descuraram no ponto financeiro. Descuraram nas protecções de todos os albufeirenses, porque todos estão interligados à hotelaria, desde o pequeno agricultor até ao grande hoteleiro. Apenas beneficiaram os que não estão na zona Polis, é claro. E além de terem sido descurados financeiramente, foram descurados de várias protecções. Foram descurados, além disso, de uma coisa muito mais íntima que os albufeirenses têm e que não só os naturais de cá, mas todos aqueles que vieram para cá e fizeram de Albufeira a sua terra eleita e aqui estão e aqui trabalham e aqui tentam criar os seus filhos, melhorar os seus ambientes de modo que a vida lhes seja um bocadinho catita e não seja só trabalhar, dormir e comer. O principal que eu sinto, como albufeirense, em toda esta intervenção Polis, é pelo facto de os responsáveis que assinaram tudo isto, também me sinto um pouco responsável por não ter objectivamente olhado para os projectos que inicialmente nos foram apresentados pelo Polis para debate. Porquê? Porque, primeiro não sou técnico, segundo, não sou diplomado em nada, terceiro, olho para aquilo no

geral e não consigo ver os pormenores que um técnico mais aguçado consegue ver. Portanto, eu não consigo gerir, a olhar para aqueles projectos, qual seria o fim arquitectónico desta situação toda. O que é certo é que esta situação, como está desenhada, graças aos intervenientes do poder político, temos uma terra descaracterizada de valores culturais, tradicionais, valores que os albufeirenses prezam e têm no coração, da história dos albufeirenses. Eu desafio o poder político local, a pedir um apoio nesta sala, que nós trazemos cá aqueles que falam como eu. Desafio a que o poder local traga para esta sala, pessoas que venham dizer que, por exemplo no Rossio, como foi vinculado pelo Excelentíssimo colega que falou há pouco, se utilize o pavimentar o Miradouro e o largo, em betão branco. Betão, meus caros amigos! Não temos pavimento regional, cá no Algarve? Vamos buscar o betão branco. Onde é que eles foram passar férias para ir buscar este betão branco? Eu prezo-me por tudo aquilo que tenho feito, ter feito bem feito. Arquitectonicamente, faço o meu melhor, mesmo que o meu vizinho não o faça, desde que eu sou comerciante cá, e já passei por várias actividades. Tudo o que faço, faço bem feito e não admito que me venham destruir as partes à volta, com ideias macabras, só porque há dinheiro. Os pormenores têm de ser discutidos, vistos e revistos, consultar as pessoas que cá vivem e o que elas desejam. Não são meia dúzia de pessoas que estão no poder político, que têm de debater e têm de lutar por nós. Tenho dito. -----

Manuel Nascimento - Pensei muito se valia a pena vir cá ou não. E parece que muita gente pensou da mesma maneira e por é que esta sala está tão vazia. Sinto-me muito triste com o que se está a passar em Albufeira. Sinto-me muito triste porque tenho uma responsabilidade grave em relação a isto tudo. Em 1976, já lá vão trinta anos, eu fui a primeira pessoa, julgo que no Algarve inteiro, e foi a minha primeira intervenção pública, a propor que se fizesse um planeamento para o concelho de Albufeira. Acho que foi a primeira vez que alguém no Algarve inteiro e não sei se no país, terá pensado numa coisa destas. Para mim, fazer planeamento é uma coisa completamente diferente do que se está a passar. Quando eu fui vereador, em 1977, onde eu estava em minoria, tinha perdido as eleições por doze votos apenas, pressionei a Câmara Xufre várias vezes e consegui que a Câmara abrisse um concurso público para fazer o Plano Director, nessa altura não era do concelho inteiro, mas era de pelo menos mais de metade do litoral, com uma faixa de dois, três quilómetros de profundidade. Foi minha iniciativa e foi a primeira vez, no Algarve inteiro, que se fez isso. A minha primeira desilusão foi quando em lugar de ser aberto um concurso internacional de arquitectura, como eu tinha proposto, foi aberto um mísero concurso documental, com equipas mais ou menos conhecidas. A equipa que ganhou, foi a equipa que propôs fazer o planeamento em menos tempo e menos dinheiro, possível. Faziam um planeamento da faixa turística fundamental do concelho de Albufeira em três meses e por oitocentos contos. Concorreram três equipas, uma era do arquitecto Taveira, outra que felizmente não ganhou e a outra era do arquitecto, professor na escola de Belas Artes, (não me recordo o nome). Em plena sessão de câmara, perguntei a ele, que conhecia o concelho de Albufeira dez vezes menos do que eu, como é que conseguia (embora fosse mais qualificado teoricamente em termos de arquitectura e urbanismo) fazer em três

meses o planeamento. Ele respondeu-me de uma forma muito caricata: "se fizer falta, eu trabalho como os morcegos, pendurado no tecto de cabeça para baixo". É uma daquelas coisas que nunca mais se esquecem. É evidente que esse planeamento demorou cerca de quinze anos, nunca foi terminado, não interessava à Câmara Xufre que ele fosse terminado, o que interessava era gerir a Câmara para seu belo prazer, como todas as outras. De qualquer maneira, a ideia que eu tenho de planeamento, não tem nada a ver com o que nós temos aqui actualmente em relativamente ao Polis. Eu parto do princípio que fazer planeamento é abrir concursos amplos, totalmente livres, para que todas as equipas possíveis concorram e ao nível de ante-plano, nada de coisas documentais. Fazer um planeamento, entregando a uma equipa, mesmo que tenha um curriculum mostro a dizer que já fez maravilhas em qualquer local do mundo, (até o Heinstein pode vir para Albufeira e falhar) é pura utopia. Nós, o que temos de fazer e devemos fazer, a Ordem dos Arquitectos deveria impor isso a nível nacional, é que se abrissem concursos públicos a nível de ante-plano, depois haveria um amplo debate público, as pessoas discutiam amplamente todos os pontos, seriam explicados amplamente os intervenientes e, poderiam tirar-se ideias de quem ganhasse e até das outras equipas (até a equipa pior classificada pode ter uma ideia brilhante sobre um assunto qualquer). Assim e com ampla transparência, podia fazer-se um verdadeiro planeamento. Alguém de Lisboa tem capacidade para vir aqui a Albufeira fazer um planeamento, onde o caos maior que existe em Portugal é na grande Lisboa. Não é preciso mais nada. Eu tenho uma publicação de fotografia aérea, que dá cobertura a Lisboa inteira, basta olhar para ela, é um desconchavo. O grande Porto é outro desconchavo. Se verificarmos as grandes cidades do país, nestes últimos trinta anos, todas as terras têm evoluído e negativamente, excepto as que se desenvolveram menos, Monforte, Évora, em zonas interiores, onde conseguiram preservar as suas características. O PROTAL anterior estava completamente cheio de erros. Como é que se pode imaginar, fazer um planeamento democrático, fazendo a base do planeamento em faixas perpendiculares à costa. Um planeamento democrático tem de ser literalmente paralelo à costa. Todos os indivíduos no concelho de Albufeira, ou em qualquer outra zona, têm de ter os mesmos direitos. Friso também que, quando concorri para as eleições de setenta e seis, onde perdi por doze votos, mas orgulho-me por ter sido a derrota que durou mais tempo a ser digerida em Portugal, só ao fim de vinte anos alguém perdeu por menos em eleições autárquicas no país inteiro e foi o segundo resultado eleitoral a sul do Tejo das forças na altura dominantes. E faço notar que nessa altura concorri com um projecto de três, quatro folhas A4, onde já tinha as linhas gerais do que deveria ser o planeamento do concelho de Albufeira: os primeiros duzentos metros a seguir à linha de rebentação eram completamente sagrados, nem o Polis, nem o Governo, ia mexer em arribas ou fosse o que fosse, porque elas são património do concelho e deveriam ser património mundial, por raras que são; depois, nós iríamos só permitir construir turisticamente até os dois quilómetros de profundidade, que correspondia na altura o Hotel Montechoro e em termos de economia de infraestruturas e tudo o mais, não havia justificação nenhuma para permitir que se avançasse por o Algarve inteiro; Teria de se respeitar uma cêrcia

razoável, não poderiam ultrapassar, na minha óptica, o terceiro piso acima do solo; Haveria o branco dominante. Três ou quatro medidas básicas que estão metidas por iniciativa minha no livro de actas da Câmara Municipal de 1977. O meu esquema de planeamento, se tivesse sido aplicado nessa altura, Albufeira não estava a sofrer com o Polis, hoje, nem tinha sofrido alguns desmandos horrorosos naquele edifício próximo do Hotel Rio junto a olhos d'Água, que é uma coisa completamente inqualificável. Eu não consigo perceber como é que uma Câmara Municipal, seja esta ou outra, consegue aprovar uma "mamarrachada" daquelas, que destrói completamente a paisagem em todo o redor, é apenas um dos exemplos, porque há muitos. Está aqui o Presidente que me pode desmentir. Eu fiz um simples requerimento à Câmara Municipal procurando demolir o interior de um edifício meu que está em ruína, andou ano e meio perdido na Câmara, mas para fazer um daqueles edifícios, em três ou quatro dias o edifício aparece. Não sei se tem projecto ou não, a verdade é que todos nós sentimos que há qualquer coisa que funciona mal nisto tudo e, o Polis é o pior de tudo. Não se admite que no concelho turístico numero um do país, responsável por $\frac{1}{4}$ das divisas turísticas, Portugal capta um concelho que só tem dois quilómetros por úteis, portanto quarenta kms² aproveitáveis para turismo, num concelho que capta trezentos ou quatrocentos milhões de contos por ano em termos de rendimentos turísticos que são fundamentais para a economia deste país que se está a afundar completamente, não se justifica de maneira nenhuma que se esteja aqui a projectar por uma equipa que projectou uma similar para a zona da Expo 98, onde era um terreno degradado. Já desisti há muito de tentar interferir no desenvolvimento do desmando do que se passa aqui no concelho. Espero que o Polis acabe o mais breve possível, estou a pensar em fazer um vasto relatório que há-de ser publicitado, com divulgação nacional e mais do que isso, e demonstrará o que está mal aqui e que não pode ser repetido em mais lado nenhum. Por exemplo, na zona do Rossio verifico e qualquer um de nós que lá vá, que aquilo é um churrio de disparates. Os autores daquele projecto que eu não sei quem são (não estou a atacar ninguém pessoalmente), conseguem fazer uma coisa brilhante, que é transformar as próprias caleiras de esgotos em elementos decorativos, não em elementos funcionais. Nós temos lá ruas onde a caleira de esgoto é diagonal em relação ao arruamento. Eu julgo que pessoas que fazem projectos deste tipo, pensam que é possível sair com um Decreto-lei a dizer que a água deve correr de baixo para cima. Há lá uma rua com uma pendente de cerca de 10%, onde se põe uma calha para recolher as águas pluviais com inclinação apenas de um lado. Não sei para onde aquela água vai. Nos pavimentos, a decoração é ridícula, muito pior do que a que lá estava. As balaustradas do Samora Barros, que era um dos exlibris da terra, tinha uma estátua ali precisamente por ter feito aquele projecto junto ao Rocamar, que até o Polis os tinha utilizado no início do programa, foram todas substituídas por umas porcarias. Posso falar em qualquer um dos outros projectos Polis que são um disparate parecido. Hoje, não há uma única coisa em Albufeira, do Polis, que esteja totalmente correcta. Podem chamar aqui os autores dos projectos, todos os técnicos da Câmara e toda a gente envolvida, eu discuto com eles um a um todos os pormenores e vamos ver quem tem razão. É um desafio público que eu aqui lanço. Naquela zona do Rossio, é um disparate

completo. Por exemplo, diz-se que se deve defender as arribas, a única coisa que estava ali a destruir as arribas, eram as palmeiras e é a única coisa que ficou. Tudo o resto que estava em frente ao Rocamar, destruíram tudo e deixaram as palmeiras. Eu tenho fotografias do enraizar das palmeiras, que é uma coisa terrível para as arribas. Não se percebe também, de maneira nenhuma, como é que conseguiram revolver todo o pavimento do Rocamar até S. Sebastião (do qual tenho fotografias). Eu não sou amante da calçada portuguesa, porque acho que não é calçada do Algarve, é do antigo reino de Portugal, isto aqui era reino do Algarve. As touradas, o fado e a calçada, não entravam aqui muito. O que é certo, é que aquela calçada estava com bom aspecto, impecável e foi toda destruída para substituir por um pavimento de cimento branco, sem graça nenhuma e que vai ter um desgaste rapidíssimo. Ainda hoje estive a conferir no folheto de divulgação, está indicado como sendo de calcário castanho. Eu não consigo perceber como é que se coloca calcário castanho por cima de um pavimento de betão que já está acabado, ao nível com as caleiras. Depois, há outros pormenores, também ridículos: esse pavimento de calcário, na junção com as caleiras e com as paredes, tem esferovite. A esferovite pode funcionar de junta de dilatação, mas ao fim de três meses está destruída e é mais um local de infiltração. Também não consigo perceber, que se fez isso tudo aparentemente com o protesto de meter os esgotos para as águas pluviais. O que se verifica é que ali e em outros pontos de Albufeira, há um grave problema de águas pluviais, portanto, toda aquela travessa do Rego do Moinho, que vem desde as escolas, tem provocado, periodicamente, graves inundações na zona. Em meados do mandato do Xufre, veio uma dessas inundações e fez-se toda a arriba e a balaustrada em frente, mais ou menos, à Rocha do Peneco. É precisamente a que está agora com uma mancha mais escura, que foi revestida a betão, mas já está rachada e daqui a pouco tempo começa a despencar. As canalizações que foram colocadas agora e que serviam de protesto para toda esta obra, não têm capacidade para absorver nem a terça parte de uma dessas enxurradas do Rego do Moinho. Essas águas nunca deveriam ser apanhadas imediatamente junto à arriba, mas sim na rua de cima, a rua que vai da Igreja de S.^a Ana, mesmo que fosse preciso abrir um roço de três metros de profundidade para dar pendente. A Praça do Rossio, actual, também é um desconchavo completo, não tem explicação. Aqueles bunquers que estão a fazer para lá do cemitério, uma coisa ridícula. E posso vos dizer que o folheto está como zona verde. O folheto é uma vigarisse. É evidente que o Polis há-de acabar, estou desejando que ele vá embora, vá para a sua Expo e faça lá os disparates na zona de Lisboa. O Polis é o coveiro de Albufeira, só sabe abrir covas, com colaboração de todos os poderes municipais. Esta Assembleia Municipal tem grave responsabilidade. Já fui membro de uma Assembleia e muito dinâmica, esta não é má, mas é muito cordata e está sempre preparada para aprovar tudo. Se verificarem a Ordem de Trabalhos de hoje, vão verificar uma coisa caricata, estando Albufeira completamente a estoirar por todo o lado, não só economicamente, como psicologicamente. As pessoas perdem a paciência. Albufeira está a ser destruída. O Polis há-de passar. Esta Câmara há-de passar. Queira Deus que nós a seguir consigamos coloca-la em condições de zelar pelo bem do concelho. É o meu objectivo. Temos de pensar num prazo mais extenso porque

actualmente não vamos a lado nenhum. Eu não gosto de escrever, levo muito tempo para ficar a meu contento, mas tenho escrito muito aquilo que penso, só do Polis já escrevi quarenta páginas, mas já cheguei à conclusão que não vale a pena. A Eng. Valentina Calixto respondeu-me com "três tretas", agradecendo a informação técnica. O Polis, a Câmara Municipal e todos os organismos políticos, sentem que têm obrigação de fazer o que querem de nós todos e que nós ainda temos de ser cordatos, delicados e cumprimentar as pessoas delicadamente. Portanto, há qualquer coisa que não bate certo. Parece que vivemos num país que anda há trinta e dois anos em democracia, até a forma de eleger os elementos para a Câmara e Assembleia Municipal, não está correcta. Quando chegamos a uma eleição autárquica, os únicos partidos que contam aqui, por comodismo, é o PSD e o PS. Se calhar cada um tem cem militantes, mas quando chega a altura de votar internamente, para um Presidente de Câmara, aparecem vinte ou trinta a votar, portanto, acaba por ser quarenta, cinquenta pessoas a escolher quem são os candidatos possíveis no concelho. Alguma coisa está errada. Deveria ser a população a escolher os candidatos que lhes interessava e não aqueles que os partidos nos impingem (sem ofensa para ninguém, tem sido sempre assim). Há muita coisa que está errada: a forma de planeamento; a forma como os partidos políticos elegem os políticos; a forma como os próprios projectos são apreciados, aparece um projecto e por mais críticas que se faça, ele é aprovado, quase sem alterações, por todos os organismos. E todas as pessoas que lhes põem objecções, são consideradas como travões (como o Sr. Presidente disse) ou por mal intencionados., onde as pessoas apenas têm uma visão diferente. Isto não é democracia. Este Polis está positivamente a arruinar Albufeira. Está a abrir um perigoso canal de cheias. Quando houver uma cheia, as centenas de carros e lojas que se encontram no centro de Albufeira, vão ter destruições de cem ou duzentos mil contos. Esperemos que não haja a cheia. É hábito haver uma de cinquenta em cinquenta anos e já há cinquenta anos que estamos sem uma. O próprio projecto da Praça dos Pescadores, vai eliminar a única saída que existe. É a saída natural junto ao pontão, que está sub-elevada oitenta centímetros. Portanto, nós vamos ter água no centro de Albufeira, na Rua do Encontrão, que está rebaixada pelo menos um metro e meio. Isto é tudo muito grave e ninguém pensa nisto. Estamos a destruir a parte arqueológica para substituir por esgotos, que não fazia falta, bastava recolher o esgoto nas periferias. As arribas estão a ser destruídas. O passeio marginal foi inexplicavelmente arrasado. O centro de Albufeira está completamente a estoirar com a vinda das pessoas, mas o centro de Albufeira, se ficar um mamarracho que se calhar vai ficar, daqui a três, quatro anos, pode ser refeito, a arriba destruída é que não pode. Como é que nós queremos que o nosso concelho tenha turismo de qualidade, se nós chegamos a uma zona com quatro, cinco mil anos de história e destruímos vinte e tal sinos e sepulturas? -----

Presidente da Assembleia - Sr. Arquitecto, estou a ser condescendente, mas há muito que excedeu o seu tempo. -----

Manuel Nascimento - Já estou a acabar. Já disse mais ou menos o que queria dizer. Pensei em não vir aqui dizer nada, porque sei que as coisas entram por um ouvido e saiem por outro, em relação aos responsáveis. Para mim a situação de Albufeira vai

continuar a degradar-se. O planeamento não existe. As obras estão em auto-gestão. Eu estive um ano a fazer planeamento, para o país inteiro, da Direcção das construções escolares do Ensino Secundário, já lá vão vinte e tal anos e sei o que é fazer planeamento. Não pense que um arquitecto é apenas um indivíduo que anda a passear pelas ruas. Aqui não há a mínima noção de que alguém esteja a fazer planeamento ou a controlar a evolução das obras. Vai tudo continuar a degradar-se e vamos chegar à situação onde teremos de pedir publicamente aos responsáveis máximos que são os concelhios, que se demitam. Eu já tive a oportunidade de dar um ADN ao Sr. Presidente da Câmara. Nós temos de ter gente responsável e quando por algum motivo não conseguem controlar a situação, é passar a pasta a quem tenha capacidade de o fazer. Tenho Dito. -----

José Manuel Lopes - Boa noite, Sr. Presidente, Vereadores, membros da Assembleia e responsáveis das Juntas de Freguesia. Eu não venho aqui falar do Polis, nem venho tirar carta de marinheiro, nem patrão de costa, venho falar de um abaixo-assinado. Foi enviado à Câmara e agora obtive resposta a um abaixo-assinado sobre a Av. Dos Descobrimentos. Fizemos esse abaixo-assinado para que essa zona fosse melhorada, da Rotunda das Minhocas até à Praça de Touros, porque é uma zona que morreu. Embelezaram as outras zonas e aquela ficou, nem o comboio turístico passa por ali, apenas a rodoviária nacional. O comboio leva as pessoas a conhecerem as ruas, os estabelecimentos. A resposta que obtive por parte da Câmara foi a seguinte: *"Na zona indicada já existem semáforos para facilitar a passagem de peões, bem como bandas cromáticas, para acalmia do tráfego, pelo que não se considera necessário qualquer outro tipo de intervenção."* Há lá isso tudo, mas as pessoas continuam a transitar a setenta, oitenta, cem, cento e vinte km/h. Ainda há outra resposta muito interessante, (a língua nacional é complicada, talvez por isso eu não compreenda): *"Não se considera viável a passagem do comboio turístico na Av. Dos Descobrimentos, devido ao condicionamento de trânsito que iria provocar. De relembra que a criação do eixo viário teve como objectivo o atravessamento de Albufeira com os mínimos impedimentos possíveis."* Se de início dizem que há lá passadeiras e bandas, logo há acalmia de trânsito, então, porque é que o comboio vai fazer acalmia de trânsito? Eu não percebo. O comboio transporta 90 % das pessoas de toda aquela zona para Albufeira e vice-versa. Algumas pessoas que entram na minha loja dizem-me: " Há quinze dias que estou cá e só agora vim conhecer estas lojas." Porque passam por outras ruas e por aquela não?! Em relação á iluminação: está muito precária. Acendem muito tardio e tem pouca iluminação. Em relação á limpeza: Já tenho vindo aqui á Câmara, ao GAM, apresentar reclamações. Algumas perdem-se, não chegam ao local devido. Tenho todos os dias de fazer a limpeza do passeio. Junto aos contentores, o chão também está sempre sujo, tenho sempre de chamar à atenção os senhores da limpeza, ao qual não fazem caso. Também aproveito, para deixar aqui referência á calçada em frente às minhas lojas: as raízes das árvores levantaram-na, muita já lá não está e todos os dias lá caem pessoas. E termino. -----

Presidente da Câmara - Procurarei ser objectivo nas respostas às questões aqui colocadas. Há aqui duas que vou juntar, que é a do Carlos Fernandes e a da Júlia, que

têm a ver com o Plano de Pormenor da Praça dos Pescadores, onde está inserida uma mancha de implantação de um apoio de praia que será para substituição do que lá existe, o do Zé Abel. A Júlia falou comigo (permita-me que a trate assim), alertou-me para a situação e deixou-me o abaixo-assinado. Eu mandei verificar em termos de, implantação, volumetria, cotas e tudo o resto, o que é que ali estava em causa e já tenho esses dados. Tendo em conta o abaixo-assinado e aquilo que foi apresentado, eu pedi para que fosse revista a implantação do apoio de praia, quer pelos autores do plano, quer no âmbito da Assembleia Municipal. Devo dizer que a cota que está identificada, não é aquela que parece no plano, mas penso que aqui não é altura indicada, tendo em conta que o objectivo foi identificado, a situação está apresentada e portanto, há vontade e sensibilidade para ver a situação de uma forma diferente e venha a ter em conta as questões que levantaram, até do aspecto comercial. É um plano que esteve em discussão pública, recebeu toda a informação, agora vai ser objecto de verificação, a Assembleia Municipal também vai verificar o processo e obviamente está na altura de serem revistas essas situações. Sobre a questão que falou o Carlos e depois o Teófilo, a segunda parte da Av. 25 de Abril, em relação à questão da intervenção e de a obra ter parado: obviamente que o empreiteiro será chamado à responsabilidade sobre essa questão. Depois há aqui questões que tem a ver com a opinião de cada um. Há questões que são compreensíveis, tem razão de ser. Em relação ao Joaquim Cruz: são problemas que estão identificados, eu próprio já lhe disse que em determinadas circunstâncias há correcções a fazer, mas este não é o momento próprio.

Joaquim Cruz - Vive lá uma deficiente, que temos de transportá-la ao colo para que possa sair de casa. Os degraus são muito altos e as escadas continuam lá. -----

Presidente da Câmara - (continua), Já fala os dois sobre o assunto. Em relação ao Vitor que levantou aqui uma série de questões: são opiniões. Eu hoje fui ao Rossio, percorri toda a obra duas vezes, uma de manhã, outra à tarde e falei com várias pessoas daquela zona. Ouvi opiniões completamente diferentes daquelas que foram aqui hoje mencionadas. Aqui estamos a falar de projectos que vão para concurso e que têm vários arquitectos e vários projectistas. Depois, estamos a falar de obras que vão para o terreno e obviamente que haverá sempre pessoas que gostam e outras não. É muito subjectivo. Hoje houve quem elogia-se os candeeiros. Há quem não goste, já percebi, mas também há quem goste. Fazer um projecto, onde cada um ponha um bocado, é muito complicado. Acho que isso não acontece em parte nenhuma. Não vou mencionar nomes, mas naquela zona, alguns proprietários deveriam ter mais cuidado com algumas ligações, para não criar problemas com aquilo que é o espaço a preservar e que é de todos. O Sr. Arq. Nascimento, fez aqui uma intervenção de trinta minutos. Ninguém defende como ele, as questões de Albufeira, o planeamento, todas estas questões e, portanto, nós ouvimos com atenção e respeitamos. Em algumas coisas tem razão, noutras nem por isso. Isto tem histórico, vem de há trinta anos a sua defesa. Eu não critico, até admiro muitas vezes a forma como ele faz essa defesa, no entanto, nem todos podem partilhar da mesma opinião, nem defendem aquilo que o Sr. Arquitecto defende, mas isso é a liberdade de pensamento de cada um. Há aqui questões que são de segurança, daquilo que era a rede subterrânea que havia em Albufeira em termos

de ligações de águas limpas com águas sujas. Há questões de fundo, que só ao intervir é que se tem a percepção de que é necessário uma intervenção muito a sério. E em obra, são questões muito sérias, apanhar o emaranhado de tubagem, do qual não havia cadastro nenhum. Portanto é altura de fazer o fazer bem e cadastrar para que não haja aqui muitos problemas de futuro. Esse é um objectivo muito claro. Em relação ao José Manuel Lopes, na Av. dos Descobrimentos, eu não acredito que o comboio seja a solução para pôr mais clientes nessa casa. O comboio parte da Oura em direcção a Albufeira e tem uma paragem na zona da "Riviera". É o circuito que faz, é muito específico. Quando houver concurso para outro comboio para aquela zona, podemos ponderar a passagem por aquela rua. Este não pode passar por lá; sobre as questões da limpeza e da calçada, o Sr. Vereador, que está cá, toma nota, porque é importante intervir sobre estas questões. O Teófilo, levantou a questão da não resposta daquilo que foi uma preocupação da Câmara e das associações. Foi pedir ao Sr. Secretário de Estado, uma reunião para uma avaliação sobre a possibilidade da formação que foi apresentada e até agora ainda nada, mas continuamos a aguardar. -----

Presidente da Assembleia - Nesta fase os trabalhos já vão longos, portanto vou encerrar o período do público. Passo a palavra ao Primeiro Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Presidente da Assembleia - Está aberto o Período Antes da Ordem do Dia destinado aos membros da Assembleia. -----

Vitor Neto - Boa noite a todos, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, colegas da Assembleia, Srs. Vereadores, meus caros amigos albufeirenses. É uma intervenção muito rápida. Estou espantado com o facto de, perante as dúvidas e as preocupações que foram aqui apresentadas por uma série de cidadãos desta terra, o Sr. Presidente da Câmara não ter respondido. Não tenha dito nada. Nós ficamos altamente preocupados com o que aqui ouvimos. Eu devo dizer, meus caros amigos, sou um bocado responsável por isso e não tenho receio nenhum em fazer aqui hoje uma autocrítica. Nós, Partido Socialista, tivemos o cuidado de ter uma atitude altamente responsável sobre esta questão do Polis. Sabíamos que era uma questão delicada, fosse para quem fosse que tivesse à frente do município de Albufeira. Sabemos que estas obras são complexas. Sabemos que não ia ser fácil e não quisemos de maneira prejudicar e transformar isto numa batalha política. Eu creio que não há ninguém que nos possa acusar disso. Nós, em altura oportuna, criticamos a Vereação por não ter começado as obras antes das eleições. Foi-nos dito que era melhor depois das eleições. Quando, depois das eleições, o PSD ganhou democraticamente, folgadamente, com os votos dos albufeirenses, assumiu a responsabilidade: *"vamos conduzir as obras e vamos cumprir os prazos"*. Nós dissemos: *"muito bem, contem com o nosso apoio"*. Vocês cidadãos, preocuparam-se, vieram aqui a uma reunião da Assembleia Municipal manifestar as vossas preocupações. Dessa reunião foi constituída uma Comissão. Eu, nessa altura disse (alguns de vós estavam cá) que o Sr. Presidente da Câmara, perante as dúvidas e as preocupações que existiam, assumisse ele próprio a direcção e o

acompanhamento das obras do Polis. Foi-nos dito, com um ar muito tranquilo e seguro *"não é preciso, temos um Vereador que trata disso"*, eu não sei se esse Vereador está aqui presente, mas ele deveria andar a controlar e a acompanhar as obras. Já havia comissões, mas criou-se mais uma. Nós aceitamos fazer parte da Comissão, onde participei com alguns colegas que aqui estão de outros Partidos e alguns amigos que intervieram aqui esta noite. O Sr. Engenheiro do Polis, veio-nos sempre justificar e demonstrar que nos prazos poderia haver um deslizar de três ou quatro dias, uma semana, porque se entraram coisas arqueológicas e nós, concerteza, compreendemos. E agora, chegamos aqui e vêm com as notícias de que o empreiteiro suspendeu a obra!? Mas que conversa é esta!? Então as obras não são contratualizadas? Não há acompanhamento? Não há um Vereador que acompanha as obras? Fomos surpreendidos por isso. Tem de haver causas, e as causas certamente não rebentaram agora. Já alguém mencionou aqui como é que foram escolhidos os empreiteiros, como é que foram feitos esses contratos do ponto de vista jurídico, disse muito bem aqui o nosso amigo. São coisas de alta responsabilidade. Como disse aqui o meu amigo Manuel Nascimento que, eu só conheço de há menos sessenta anos e sei que és frontal naquilo que dizes, o que é que nós estamos aqui a fazer? Somos confrontados agora. Só demonstra que não houve boa contratação. Não houve acompanhamento. Não houve direcção. E como disse o Manuel, o Algarve representa mais de metade do turismo nacional, Albufeira representa mais de metade do turismo do Algarve e, estamos a falar desses milhões de contos que falas-te. São quatrocentos, quinhentos milhões de contos que o Algarve representa em termos de euro receitas para a economia do país, para além da actividade dos comerciantes, dos prestadores de serviços, do turismo que tem esta cidade. E eu falo também como cidadão e empresário, porque uma parte dos meus negócios, faço-os com Albufeira e em Albufeira, portanto não sou um turista, nem uma pessoa distraída, sobre estas coisas. A economia de Albufeira está a pagar já duramente esta situação. E digo ao Sr. Presidente da Câmara, como cidadão, como amigo e como pessoa interessada em resolver as coisas, que acho que se tem de criar uma solução qualquer de emergência, para clarificar esta situação e garantir que as coisas sejam levadas a bom termo. Posso lhe dizer que o partido Socialista está disposto, com toda a moderação e sem fazer disto uma questão politico-partidária, em colaborar para encontrar soluções que evitem o desastre de que os Senhores são responsáveis. Alguém falou aqui: "quem são os responsáveis?". Os responsáveis estão aqui nesta sala. Mas nós não queremos condenar ninguém, queremos é resolver os problemas e estamos disponíveis para colaborar nisso, mas cada um que assuma as suas responsabilidades. Obrigado. -----

Francisco Calhau - Boa noite a todos os presentes. Eu não vou fazer demagogia e, não esperava ver o PS, pela voz do Sr. deputado Vitor Neto, fazer aquilo que é mais fácil, que é, nos momentos difíceis dizer: "nós estávamos à espera disto, a incompetência é dos outros". -----

Vitor Neto - (interrompe) Não foi isso que eu disse. -----

Francisco Calhau - Acabou de o dizer, fica em acta, vai ter oportunidade de comprovar.

Vitor Neto - (interrompe novamente) Não foi isso que eu disse. -----

Presidente da Assembleia - Sr. deputado Vitor Neto, já usou da palavra, terá direito a resposta no momento próprio, agora não. -----

Francisco Calhau - Não foi interrompido. Agradeço que respeite a opinião dos outros. Os momentos são difíceis. O concelho de Albufeira é um concelho muito complicado. Os interesses em Albufeira, são os interesses de todas as pessoas que têm negócios aqui, negócios legítimos. Mas o que eu acho que as pessoas menos precisam aqui hoje é de demagogia barata, porque acusar de uma forma ligeira é a coisa mais vil que se pode fazer neste momento, porque quem começou o projecto Polis não fomos nós. Quem começou a prometer, conforme consta no plano estratégico, a dizer, por exemplo, que ia intervir na praia de Albufeira em Agosto, não fomos nós. Esse documento existe, foi do vosso tempo. De repente deu uma amnésia no Partido Socialista! Agora convém, porque é uma altura muito complicada, as pessoas estão aqui todas, legitimamente, com problemas. Então, é uma boa altura para fazer demagogia. E no fim, termina-se em beleza a dizer: "estamos prontos para colaborar". Gostei imenso, Sr. deputado. Obrigado, pela colaboração. -----

Vitor Neto - Já sou crescido, apesar de não ser da idade do Manuel Nascimento, há uma coisa de que não me podem acusar, é de ser vil. Eu sou uma pessoa frontal. E sou uma pessoa frontal, há muitos anos, na luta pela democracia neste país, que permite também ao Manuel de falar e na luta para que os Senhores também estejam aqui. Eu não disse que nós bem tínhamos dito, eu disse ao contrário, nós nos disponibilizamos para colaborar. Foi isso que eu disse. Mas, não podemos, agora, com uma esponja, lavar responsabilidades. E por isso, é que há discussão, há liberdade para darmos os nossos pontos de vista. E quando digo hoje também que o Partido Socialista está disponível para colaborar, é porque é um grande sentido de responsabilidade. Porque para nós, não se trata só de responsabilizar para esmagar, trata-se de responsabilizar para que cada um assuma as suas responsabilidades. Mas, depois, trata-se de haver o sentido da responsabilidade para colaborar, para resolver os problemas, como cidadãos responsáveis que somos, da nossa terra. E mais nada, mas vil, não! -----

Ricardo Silva - Pura demagogia, foi aquilo que o Eng. Calhau acabou de fazer. Disse que a culpa desta situação é do Partido Socialista, porque trouxe o Polis para Albufeira. Ainda bem que ele veio para Albufeira. Agora a culpa da má coordenação e projecção do Polis, não é de certeza do Partido Socialista. O Partido Socialista esteve disponível para colaborar, sempre, com a Câmara Municipal e os órgãos autárquicos, no sentido da procura do melhor para a cidade de Albufeira e para todo o município. Nesse sentido, acho que é pura demagogia, vir aqui citar essas suas palavras, colocando a "batata quente" do outro lado. Não faz sentido nenhum. É piada, só pode ser. Peço desculpa, mas é com algum riso que tomo as suas palavras. Obrigado. -----

Francisco Calhau - É só direito a resposta, não vou fazer demagogia. Quando o PSD ganhou as eleições a primeira vez, a primeira coisa que fez foi convocar, com carácter de urgência, uma Assembleia Municipal para discutir as demagogias do polis. Está escrito em acta, todas as pessoas podem consultar, está disponível na Internet, aí vão ver quem fez demagogia na altura. Muito Obrigado. -----

Adriano Ferrão - Ontem fazia nevoeiro em Albufeira e hoje está-se a tentar fazer nevoeiro aqui outra vez. As pessoas dizem que não estão a fazer jogos políticos, que não interessa a politiquice, mas no fim de contas vêm aqui dizer: "olhem, estão aqui os responsáveis, são estes que têm de acusar!". Mas, de facto, o que nós temos de aqui falar, é que a responsabilidade disto é da Sociedade Polis e, o Polis, como muitos de vocês que aqui estão sabem, uma parte é do Governo e outra, minoritária, é da própria Câmara, tanto que nessa Sociedade o nosso Presidente da Câmara não ocupa a presidência, não ocupa os lugares supremos, é apenas vogal. E por isso, estar a atribuir a estas pessoas que estão aqui, essa tal responsabilidade pelo progresso e pelo retrocesso da própria Sociedade Polis, é uma situação enganosa. No fim de contas, há que chamar os responsáveis e há que atribuir, na devida proporção as responsabilidades. Esses mesmos responsáveis, devem responder aos albufeirenses, porque os albufeirenses têm o direito de serem esclarecidos, estarem devidamente informados para conseguirem discernir quais são os prazos, o tempo que vão demorar as obras de modo a poderem ver os seus negócios prosperar e as suas vidas facilitadas. Ora, são essas as pessoas, na justa proporção da suas responsabilidades, que devem aqui responder, e não atribuir, aproveitando a necessidade que as pessoas têm de encontrar uma cara para fazerem o seu escape do mau estar que vivem, as culpas a uma só pessoa, como já aqui na Assembleia anterior se tentou fazer, que é culpabilizar unicamente o Presidente. Não estão aqui motivações políticas? A mim parece que estão. Também tivemos aqui na última Assembleia, alguém que disse: os albufeirenses não se devem desunir, antes pelo contrário, devemos estar mais unidos do que nunca, no propósito de conseguirmos resolver este problema, que é grave, é urgente e devemos conseguir ultrapassar. Mas será que ultrapassamo-lo, dividindo-nos? Eu não quero encarrilar pela filosofia que o PS está aqui a apresentar, que é uma filosofia de divisão, porque isso enfraquece e não nos dá nenhuma projecção para conseguirmos ultrapassar isto. Deixo uma pergunta: então, se a Sociedade Polis é do Governo, de quem é o Governo? -----

Paulo Freitas - Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Senhores e Senhoras, muito boa noite. Eu acho que é preciso revermos a história relativamente a duas ou três questões. Houve aqui a questão da coordenação do Programa Polis. Efectivamente o Partido Socialista tem responsabilidades em trazer o Programa Polis para Albufeira. Tem responsabilidade no modo como a Sociedade Polis é gerida, porque essa gestão é feita nomeadamente em termos de Presidência pelo órgão público CCDR, depois a sua Direcção Executiva é feita por um membro nomeado pelo Governo Central e, o Sr. Presidente da Câmara de Albufeira, assumiu o cargo como vogal, que podia ter delegado noutro membro do seu executivo, mas resolveu assumir ele próprio esse cargo, é um mero vogal do Conselho de Administração. E digo-lhe, Sr. Presidente, tem sido incansável na busca da solução para o problema lá do centro antigo de Albufeira, extravasando as suas competências orgânicas dentro da Sociedade Polis. Não pode, de modo algum, ser culpabilizado pelos atrasos verificados, não é o Senhor, não é este executivo que comanda e acompanha as obras, e, foi exactamente isso que foi dito pelo Partido Socialista exactamente isso, o Senhor tem o dever de o acompanhar, como tem

feito e muito bem. Como já disse aqui, o Senhor conhece as pessoas todas pelo seu nome; o Senhor sabe os problemas de cada quadrado daquele centro de Albufeira; o Senhor ainda hoje esteve lá e falou com as pessoas, obviamente haverá sempre pessoas descontentes. Não podemos fazer nesta Assembleia Municipal, um ataque político, pessoal personalizado na pessoa do Sr. Presidente. Quem está em causa é a Sociedade Polis e não o Sr. Presidente da Câmara Municipal. Quem está em causa, são os interesses dos munícipes, dos cidadãos que vivem e trabalham no centro de Albufeira, não o Sr. Presidente. E é isso que se quer fazer aqui, um ataque puramente político, um ataque pessoal a V. Exa., e digo-lhe, isto mais não é do que, salvo o devido respeito, um pouco de má fé, de lhe quererem assacar responsabilidades injustamente. Da minha parte e da parte do Partido Social Democrata, tenho-lhe dito, tem todo o apoio e espero que o Senhor continue a fazer exactamente o mesmo trabalho feito até então, porque está a fazê-lo bem feito. Porque não é da sua responsabilidade o que se passa lá em baixo. Culpabilizar a sua pessoa, culpabilizar este executivo, é um mero aproveitamento, oportunismo político, que não se coaduna com a gravidade desta situação, que não se coaduna com a importância da solução do problema lá de baixo. Eu não vi aqui ninguém a assacar responsabilidades ao Governo por este modelo de gestão. Eu não vi aqui ninguém a assacar responsabilidades à gestão da Sociedade Polis. Eu não vi aqui ninguém a assacar responsabilidades à coordenação das obras da Sociedade Polis. Eu não vi aqui ninguém criticar o modo como a Sociedade Polis tem exercido os seus poderes de contratação. E aqui, Dr. Vitor Neto, vai-me perdoar, o Senhor teve responsabilidades governamentais, o Senhor sabe quais são os critérios da contratação pública, o Senhor sabe perfeitamente como é que é contratada uma empresa para o exercício de uma obra pública. Não é a Câmara Municipal, é a Sociedade Polis. São estabelecidos critérios valorativos. São estabelecidos critérios quantitativos. E não pode ser a Câmara Municipal a decidir, obviamente, enquanto vogal terá as suas responsabilidades, mas a principal palavra é da coordenação executiva das obras, é da Sociedade Polis. A Câmara é um, o Governo são dois. Não se pode querer assacar ao Sr. Presidente e ao executivo, responsabilidades que não são deles. Temos de ser justos. V. Exa. também referiu aqui que isto não ia ser fácil, pois não é, mas o Presidente está lá e dá a cara. O Sr. Presidente vai lá quase todas as semanas. O Sr. Vereador tem lá ido. A Comissão de Acompanhamento tem lá ido. Vamos olhar para o espelho e depois deitarmo-nos com a consciência tranquila, como o Sr. Presidente tem-no feito certamente e como nós aqui procuramos fazê-lo. Não podemos ser injustos, porque no dia em que aquelas obras estiverem concluídas, certamente a maioria das pessoas irá gostar. Existem sacrifícios, nós sabemos. As pessoas estão aptas a assumir esses sacrifícios e estamos em crer que a Sociedade Polis também irá assumir as suas responsabilidades. Também é importante da vossa parte chamar à colação a Sociedade Polis, não unicamente a Câmara Municipal, e muito menos o Sr. Presidente da câmara. Muito obrigado. -----

O Presidente da Assembleia, pergunta se mais alguém deseja intervir. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, de momento, passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Presidente da Câmara - Não vou responder à letra, vou procurar ser coerente como costume ser, mas estou a ficar saturado de me cumprimentarem pela frente e tentar passar a mão nas costas. Mas enquanto autárquico, temos de estar preparados para isso. Gostava de referenciar uma questão para que ficasse registado em acta. Nunca enjeitei as minhas responsabilidades, desde sempre. Eu podia não fazer parte do Conselho de Administração da Sociedade Polis, podia ser um técnico, ou o meu adjunto, ou um vereador. Mas, como o processo em Albufeira, foi um processo desde o início complicado e eu optei, na altura quando ganhei a Câmara substituir na Sociedade Polis o anterior Presidente da Câmara, porque entendi e sentia que ele estava preocupado com este processo, uma intervenção importante para Albufeira. E nesse contexto, houve uma série de intervenções, em períodos difíceis, como já expliquei, em 2003, princípio de 2004, anos complicados no Governo do Partido Social Democrata, em que os Polis tiveram problemas e onde, o de Albufeira, conseguiu sobreviver em termos daquilo que foram as programações, os fundos comunitários e o início dos processos para execução. E todos os processos de execução foram objecto de contratação, objecto de concurso público, concursos públicos internacionais, foram todos eles feitos dentro daquilo que são as regras dos concursos que se fazem em termos daquilo que é uma entidade pública, como é a Sociedade Polis. Os projectos passaram pelas Câmaras Municipais, pela Assembleia Municipal e tiveram todos aprovação dentro destes órgãos. Foram para concurso público em termos de execução e as empresas concorreram com base na contratualização juridicamente, apresentado as propostas financeiras, técnicas, tudo aquilo que leva a que conjugados os critérios dos concursos públicos, se pudesse optar por escolher a empresa que melhor apresentava a proposta. Todo este processo foi desenvolvido. Há pouco se falou que eu tinha dito que não havia obras antes das eleições. Atenção! As eleições foram em Outubro, havia um período antes que era o Verão, logo nunca poderia haver obras tendo em conta essa situação. Essa parte não percebi. Por acaso estava aqui no público uma pessoa, que já saiu, que em determinada altura me pediu para que as obras em vez de começar em Outubro, comessem em Novembro, em determinada zona. Portanto, há aqui uma série de situações em que eu tenho procurado ter uma intervenção no sentido de estar atento, assumindo os compromissos. Não sendo eu indicado pelo Governo, não tendo eu a parte da responsabilidade executiva, mas decidi fazê-lo porque entendi que era importante, dar a cara nos momentos bons e nos momentos difíceis e é isso que eu tenho feito. Tenho ido lá a baixo várias vezes, de manhã, à hora de almoço, à tarde, sempre que entendo que é necessário. E o Presidente da Câmara, com todo o respeito, com toda a disponibilidade que tem, tenho que trabalhar no PROTAL, no PDM, Planos de Urbanização, tenho parte do território para avançar com a proposta de candidatura, eu tenho uma série de preocupações que obviamente, são importantes em termos de concelho, mas eu não deixo de ir para a baixa e procurar as soluções. As regras da empreitada tem a ver com situações por vezes complicadas, e quem faz uma cozinha em casa, pensa que é uma semana e depois acaba por ser um mês e está na sua casa. Quem faz obras sabe que por vezes esses problemas acontecem. Eu não enjeito aqui responsabilidades. Podem-me sacar todas as responsabilidades, mas tenho que dizer

que o meu envolvimento e a minha preocupação em relação à continuação da obra tem sido muito grande. Ninguém me pode acusar de irresponsabilidade e falta de preocupação com uma área que eu acho que é de extrema importância para o concelho. A situação que aconteceu sobre a paragem da obra foi uma situação em que houve uma discordância entre o empreiteiro e a parte executiva da Sociedade Polis, em que se não fosse a minha intervenção directa e imediata, junto do empreiteiro, a obra não tinha recomeçado logo no dia seguinte. Podia recomeçar hoje ou amanhã. É por isso que eu estou atento e estou em cima dos acontecimentos. Portanto, a responsabilidade existe e eu dou a cara. Há uma coisa que eu quero, é que as pessoas falem comigo, exponham as críticas, exponham os problemas, como algumas pessoas que aqui estão e onde alguns problemas já foram resolvidos. Agora, enviarem-me cartas anónimas, com ameaças e coisas esquisitas, é que eu não posso aceitar, nem entender, porque eu falo com toda a gente e recebo toda a gente. E como digo, tenho o meu telefone sempre ligado. Se há dúvidas ou críticas, falem comigo, sabem onde me encontrar. Não me enviem cartas anónimas como esta que eu tenho aqui, a qual não posso dar resposta, embora tenha algumas soluções. Isto não pode chegar a este ponto. Tem de haver um equilíbrio. Não podemos andar a atirar tiros para os pés, porque quem gosta disto é a Comunicação Social, e a imagem que vem hoje no "Correio da Manhã" é uma fotografia da obra de há dois meses, não é de ontem. Se fossem ontem tirar uma fotografia naquele local, o terreno estava plano, não havia aquele monte de terra. Isto prejudica claramente, além de me vir prejudicar em termos políticos, que é esse o objectivo, vem complicar aquilo que é a imagem da cidade e do concelho. Neste momento todos temos de estar envolvidos na defesa da cidade e do concelho. Eu faço aqui um desafio público ao Sr. deputado Vitor Neto: há quase quatro meses pedi ao Sr. Secretário de Estado uma reunião com as Associações do Algarve para falar sobre a minimização dos problemas da formação dos funcionários, de todas as pessoas. Passados esses meses ainda não obtive resposta. Eu, solicito a si, que é do partido Socialista e que faz parte duma equipa que pode ter esse contributo, que me ajude a ter essa reunião com o Sr. Secretário de Estado, com os empresários que assinaram esta nota, para falarmos sobre uma situação que pode também minimizar aquilo que foi o impacto directo durante estes três meses que já passaram. Aí está uma forma de poder ajudar, conforme disse aqui, "*estamos aqui para ajudar*", então ajude-me a marcar uma reunião de imediato. Obrigado. -----

Vitor Neto - Sr. Presidente da câmara, não há ataques pessoais, não há críticas pessoais, há críticas políticas, há que assumir as responsabilidades políticas e mais nada. A preocupação é comum, não é isso que está em causa. Eu não me lembro de o Sr. Presidente da Câmara ter dito de que não se responsabilizava para que os prazos não fossem cumpridos. Deu sempre o aval aos prazos que foram apresentados, e hoje aqui, mais uma vez, trás novos prazos. Esta é que é a questão. E sobre a questão do Governo, eu só gostava de dizer ao Sr. Presidente da Câmara: é por causa da não audiência com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Sociais que as obras estão atrasadas? -----

Presidente da Câmara - O Senhor disse que queria ajudar e eu estou a pedir ajuda. ----

Vitor Neto - E eu ajudo. Não tente agora dar a volta à coisa. Eu gostava de reafirmar aqui, não há demagogia nenhuma da nossa parte, não há interesse nenhum que as coisas não avancem, estamos completamente disponíveis para colaborar, com um grande sentido de responsabilidade. Aqui não há críticas, nem ataques pessoais. Essa é uma maneira de tentar criar um certo vitimismo, para tentar responder a questões que não têm resposta. Obrigado. -----

Presidente da Assembleia - Não havendo mais intervenções neste período, vamos entrar no período da Ordem do Trabalhos. Antes quero fazer uma pequena referência. Hoje, os prazos que transmiti, não me estou a responsabilizar por eles, limito-me a transmitir uma informação que fui colher. Fui colher, preocupado, para trazer a esta Assembleia a informação. Sou tão responsável como qualquer um dos outros aqui presentes. Eu não vou lá servir de calceteiro, nem de pedreiro, apenas trouxe a informação que me foi dada. A minha preocupação, foi trazer informação a esta Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 21/12/2005; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: três (3) Ana Vieira, Fernando Neves, e Joaquim Sampaio. -----

Votos a favor: vinte e três (23) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Nelson de Melo, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita e Francisco Guerreiro. -

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se ao ponto seguinte. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal da Isenção do pagamento dos comerciantes nas Avenidas, da Liberdade e 25 de Abril, Largo Eng. Duarte Pacheco, Rua Latino Coelho e esplanada Dr. Frutuoso da Silva, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Vieira, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Nelson de Melo, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro e Joaquim Sampaio. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do Inventário do Património respeitante ao ano de 2005, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; - Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: uma (1) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Vieira, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Nelson de Melo, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro e Joaquim Sampaio. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal dos documentos de Prestação de Contas do Município de 2005, incluindo a proposta de aplicação de resultados, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: oito (8) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Vieira, Euridice Vieira, Nelson de Melo, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Joaquim Sampaio -----

Abstenções: três (3) Fernando Neves, Fernando Gregório e Francisco Guerreiro, -----

Votos a favor: quinze (15) - Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder

Sousa e José Cabrita. -----
A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO SEXTO E PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2006/2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão do Orçamento para o ano 2006, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta os pontos e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2006/2009-----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: onze (11) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Vieira, Euridice Vieira, Nelson de Melo, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Francisco Guerreiro, Joaquim Sampaio e Fernando Neves. -----

Votos a favor: quinze (15) - Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: ORÇAMENTO PARA O ANO 2006 -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: onze (11) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Vieira, Euridice Vieira, Nelson de Melo, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório, Francisco Guerreiro, Joaquim Sampaio e Fernando Neves. -----

Votos a favor: quinze (15) - Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO OITÁVO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal do projecto de Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Vitor Neto - Nós achamos que seria positivo nomear uma Comissão, no quadro da Assembleia Municipal, para apreciar esta questão. Porquê? Porque em tempos já houve outra proposta de regulamento. O regulamento é uma matéria complexa. Da leitura que

fizemos, não nos parece que tivesse nada que não pudéssemos aceitar, mas uma comissão da Assembleia poderia analisar com mais detalhe este documento e depois votaríamos tranquilamente. -----

Presidente da Assembleia - Quem mais se quer inscrever para este ponto? -----

Portanto está uma proposta na Mesa que tem por base ser nomeada uma comissão para analisar melhor o regulamento. Tem alguma ideia quanto à composição da comissão, ou seria meramente uma comissão de análise? -----

Francisco Calhau - Não temos nada a opor quanto à criação da comissão, mas já que a propõe, gostava que nos tentasse esclarecer das motivações para a criação da tal comissão. Vemos com bom grado a proposta. -----

Vitor Neto - É apenas porque o regulamento tem complexidade técnica. Não é para criar problemas, é para analisar. -----

Francisco Calhau - Não temos objecção nenhuma e vemos com bom agrado a proposta. -

Presidente da Assembleia - Já que se renunciaram duas forças políticas, falta uma. Sr. Neves, qual é a sua opinião? -----

Fernando Neves - Não vai resolver nada, porque está claramente aqui no documento qual é a intenção futura sobre este assunto. É um aumento da água ou entregar a um privado. Na minha opinião, acho que devem rejeitá-la. Sobre a criação da comissão, é perder tempo, não vai resolver nada. Uma comissão não tem poderes deliberativos. ----

Francisco Calhau - Essa comissão estendesse aos pontos seguintes? Não! -----

Presidente da Assembleia - Essa comissão será composta por um elemento de cada força partidária aqui presente? -----

Vitor Neto - Sim. -----

Presidente da Assembleia - Vou colocar a votação a suspensão deste ponto, no sentido de se criar uma comissão, sob proposta do Sr. deputado Vitor Neto, composta por um elemento de cada grupo parlamentar. -----

VOTAÇÃO: ADMISSÃO DA PROPOSTA -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Vieira, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Nelson de Melo, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro e Joaquim Sampaio. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento Municipal de Saneamento de Águas Residuais do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Ricardo Silva - Faço a minha intervenção relativamente aos pontos, nono e décimo. Eu acho que poderia ter havido aqui uma discussão mais alargada. Falamos de questões técnicas e poderia ter existido aqui uma comissão para análise. Neste caso é uma oportunidade perdida, mais uma vez, de podermos discutir aqui, em conjunto, estas situações. Vêm somente aqui dois artigos. Faço um apelo para que de futuro tenham em consideração certas coisas para não perdermos estas oportunidades, para discutir estes regulamentos, que são importantes para o dia a dia do concelho. Obrigado. -----

Presidente da Assembleia - Não percebi bem. Está a por em causa o documento que lhe foi enviado, só com dois artigos, ou a proposta de alteração? -----

Ricardo Silva - Não estou a por em causa, apenas a discussão deveria ter sido mais alargada, a todo o regulamento. -----

Presidente da Assembleia - O Sr. Deputado tem liberdade absoluta de apresentar a discussão que o Senhor bem entender. Se há coisa nesta Assembleia que eu nunca restringi, foi liberdade nos Senhores membros da Assembleia. Tem liberdade para dizer o que quiser sobre o regulamento e sobre a proposta de alteração. Eu não percebo. -----

Ricardo Silva - Nós estamos de acordo. Apenas acho que é uma oportunidade perdida de não termos ido mais longe. É só isso que tenho a dizer. -----

Presidente da Assembleia - O senhor deputado vai até onde quiser. -----

Ricardo Silva - Deveria ter sido feita uma proposta de revisão do regulamento na sua totalidade por parte da Câmara Municipal, para que nós pudéssemos discuti-la aqui. É apenas isso. Se calhar no início não frisei bem as minhas palavras e não compreenderam bem aquilo que pretendi dizer, mas era somente isto. -----

Presidente da Assembleia - Eu não entendo o alcance. Você tem liberdade absoluta de pedir o regulamento na sua totalidade, de propor as alterações que o Senhor bem entender. Fique bem claro que em questões de Assembleia Municipal, vão há distância que quiserem, com responsabilidade, concerteza. Foi-lhes remetido tudo aquilo que me pedem enquanto membros da Assembleia. Eu tenho fornecido todos os documentos que me são solicitados, portanto, as discussões fazem-se como os Senhores querem, eu apenas limito-me a coordená-las. Dou todas as condições para que os Senhores discutam, até à "lonjura" que entenderem. Voto a repetir: Alguém se quer pronunciar sobre este ponto? -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: um (1) Fernando Neves. -----

Abstenções: uma (1) Joaquim Sampaio. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Vieira, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Nelson de Melo, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro. ---

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO DÉCIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento de Resíduos Sólidos e Higiene Urbana do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: um (1) Fernando Neves. -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Vieira, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Nelson de Melo, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro e Joaquim Sampaio. -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da revogação da escritura do direito de superfície existente e constituição do direito de superfície dos lotes 1 a 68 a favor da Associação de Moradores 17 de Junho, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Vieira, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Nelson de Melo, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro e Joaquim Sampaio. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO DÉCIMO SEGUNDO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Concurso Público para a "Venda de um terreno destinado à construção de Habitação a Custos Controlados (CDH) em Ferreiras, por empresas privadas (ao abrigo do D. L. N.º165/93, de 7 de Junho)", nos termos da alínea i) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Pedro Ferro - O Partido Socialista satisfaz-se com esta iniciativa do executivo camarário. Iniciativa que há muito vínhamos reivindicando o início das obras de habitação social. Espera que isto seja o arranque para outras iniciativas do mesmo tipo, nomeadamente na freguesia dos Olhos d'Água, onde esteve já previsto habitação social de quarenta fogos e que depois foi abandonado. Não só na área habitação a custos controlados, mas também na habitação social, é conhecida a carência no concelho, nomeadamente o regime especial que atinge especialmente as famílias mais carenciadas. E também a isto se junta iniciativas na área de recuperação de imóveis, para famílias carenciadas, essencialmente. É com congratulação que nos faz esta iniciativa e esperemos novas. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Vieira, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Nelson de Melo, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro e Joaquim Sampaio. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO DÉCIMO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da empresa Agrilanca Casa Agricola S.A, da declaração de interesse turístico do empreendimento "Quinta Blanca Palace, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro". -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto. Sobre esta questão vou dar uma palavra: Eu estive a ver qual seria a competência da Assembleia Municipal, se poder pronunciar sobre este ponto. Fui convidado a visitar o local, acedi ao convite e propus que o senhor empresário convidasse os membros da Assembleia, porque a apreciação é feita por cada um. A deliberação é tomada nos termos da alínea o) do n.º1 do artigo 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro. *"Uma tomada de posição, perante os órgãos do poder central, sobre assuntos de interesse para autarquia."* No fundo, é dar a isto interesse municipal, digamos assim. É uma deliberação mais no sentido de ir lá para cima uma opinião desta Assembleia Municipal, visto que não é uma opinião vinculativa, nem final. Está aberta a discussão, há intervenções? -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Vieira, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Euridice Vieira, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando

Neves, Nelson de Melo, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífarro, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro e Joaquim Sampaio. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:15 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 28 de Abril de 2006 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

